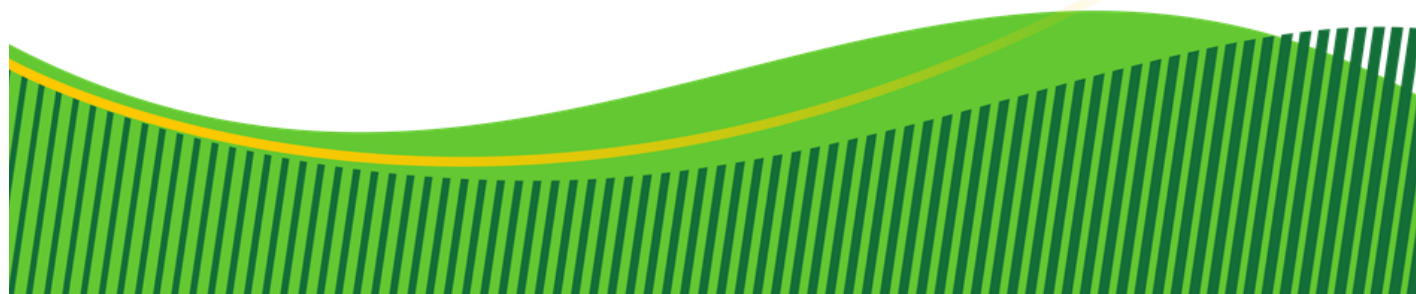


Relatório Anual 2017

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Pampa Gaúcho - Sicredi Pampa Gaúcho

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria
Gerência Contábil





Centro Empresarial Mostardeiro
Av. Mostardeiro, 322
10º andar – Moinhos de Vento
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil

Tel: +55 51 3204-5500
Fax: +55 51 3204-5699
www.ey.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Pampa Gaúcho - Sicredi Pampa Gaúcho
Itaqui - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Pampa Gaúcho - Sicredi Pampa Gaúcho ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Pampa Gaúcho - Sicredi Pampa Gaúcho em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 16 de fevereiro de 2018

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Dario Ramos da Cunha
Contador CRC – 1SP214144/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Pampa Gaúcho - Sicredi Pampa Gaúcho, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Pampa Gaúcho - Sicredi Pampa Gaúcho
CNPJ/MF nº 87.733.077/0001-59

ATIVO		31/12/2017	31/12/2016	PASSIVO		31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE		802.577	766.406	CIRCULANTE		435.290	384.109
DISPONIBILIDADES	(NOTA 04)	8.322	7.916	DEPÓSITOS	(NOTA 12)	125.052	109.269
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	(NOTA 06)	53.727	48.760	Depósitos à Vista		82.221	80.546
Carteira Própria		53.727	48.760	Depósitos a Prazo		42.831	28.723
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		170.448	225.623	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		264.402	233.812
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		2	2	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		1	4
Correspondentes no país		85	365	Repasse Interfinanceiros	(NOTA 13)	264.401	233.808
Centralização Financeira - Cooperativas	(NOTA 04)	170.361	225.256	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		1.408	1.259
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 07)	552.786	466.189	Recursos em Trânsito de Terceiros		1.408	1.259
Operações de Crédito		582.941	491.839	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	(NOTA 14)	12.357	12.392
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(30.155)	(25.650)	Empréstimos País - Outras Instituições		12.357	12.392
OUTROS CRÉDITOS		16.752	14.615	OUTRAS OBRIGAÇÕES		32.071	27.377
Créditos por Avais e Fianças Honrados		115	51	Cobrança e Arrecadação de Tributos		287	99
Rendas a Receber		1.214	1.672	Sociais e Estatutárias		7.456	6.601
Créditos Específicos		128	117	Fiscais e Previdenciárias		1.511	1.655
Diversos	(NOTA 08)	15.770	13.120	Diversas	(NOTA 15)	22.817	19.022
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(475)	(345)				
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 09)	542	3.303				
Outros Valores e Bens		527	3.277				
(Provisão para desvalorização)		(25)	(25)				
Despesas Antecipadas		40	51				
NÃO CIRCULANTE		204.019	149.060	NÃO CIRCULANTE		255.857	256.731
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		204.019	149.060	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		255.857	256.731
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(NOTA 05)	2.733	712	DEPÓSITOS	(NOTA 12)	234.265	244.349
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		2.733	712	Depósitos a Prazo		234.265	244.349
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 07)	152.781	103.690	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	(NOTA 13)	21.592	12.382
Operações de Crédito		168.123	116.238	Repasse Interfinanceiros		21.592	12.382
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(15.342)	(12.548)				
OUTROS CRÉDITOS	(NOTA 08)	2	1				
Diversos		2	2				
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		-	(1)				
INVESTIMENTOS	(NOTA 10)	32.660	32.660	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		315.449	274.626
Outros Investimentos		32.660	32.660	CAPITAL SOCIAL	(NOTA 17)	156.055	142.733
IMOBILIZADO DE USO	(NOTA 11)	11.104	7.458	De Domiciliados no País		156.061	142.738
Imóveis de Uso		3.881	1.381	(Capital a Realizar)		(6)	(5)
Outras Imobilizações de Uso		14.067	12.315	RESERVAS DE SOBRAS		139.385	111.437
(Depreciação acumulada)		(6.844)	(6.238)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		20.009	20.456
INTANGÍVEL	(NOTA 11)	4.739	4.539				
Outros Ativos Intangíveis		9.180	7.851				
(Amortização acumulada)		(4.441)	(3.312)				
TOTAL DO ATIVO		1.006.596	915.466	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.006.596	915.466

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Pampa Gaúcho - Sicredi Pampa Gaúcho
CNPJ/MF nº 87.733.077/0001-59

Descrição das contas	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não auditado)			01/01/2017 a 31/12/2017			01/01/2016 a 31/12/2016 (Reapresentado)		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	64.088	-	64.088	129.441	-	129.441	115.419	-	115.419
Operações de Crédito	61.892	-	61.892	124.353	-	124.353	114.500	-	114.500
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	2.196	-	2.196	5.088	-	5.088	918	-	918
Resultado das Aplicações Compulsórias	-	-	-	-	-	-	1	-	1
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(32.033)	(774)	(32.807)	(64.821)	(1.589)	(66.410)	(65.695)	(1.123)	(66.818)
Operações de Captação no Mercado	(11.372)	(19)	(11.391)	(26.646)	(39)	(26.685)	(33.112)	(29)	(33.141)
Operações de Empréstimos e Repasses	(10.868)	(755)	(11.623)	(21.629)	(1.550)	(23.179)	(18.102)	(1.094)	(19.196)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(9.793)	-	(9.793)	(16.546)	-	(16.546)	(14.481)	-	(14.481)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	32.055	(774)	31.281	64.620	(1.589)	63.031	49.724	(1.123)	48.601
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(11.731)	3.200	(8.531)	(17.713)	7.064	(10.649)	(1.588)	6.841	5.253
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	2.535	5.336	7.871	4.614	11.614	16.228	3.316	10.051	13.367
Rendas de Tarifas Bancárias	3.430	-	3.430	6.519	-	6.519	5.513	-	5.513
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(13.485)	(943)	(14.428)	(25.793)	(1.854)	(27.647)	(24.349)	(1.492)	(25.841)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	(9.596)	(851)	(10.447)	(17.668)	(1.750)	(19.418)	(16.879)	(1.497)	(18.376)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(26)	(253)	(279)	(44)	(548)	(592)	(148)	(477)	(625)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 21)	13.084	323	13.407	29.429	354	29.783	44.507	786	45.293
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	(7.673)	(412)	(8.085)	(14.770)	(752)	(15.522)	(13.548)	(530)	(14.078)
RESULTADO OPERACIONAL	20.324	2.426	22.750	46.907	5.475	52.382	48.136	5.718	53.854
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	61	44	105	65	45	110	83	(18)	65
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	20.385	2.470	22.855	46.972	5.520	52.492	48.219	5.700	53.919
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	849	849	-	-	-	-	-	-
Provisão para Imposto de Renda	-	497	497	-	-	-	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	352	352	-	-	-	-	-	-
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	20.385	3.319	23.704	46.972	5.520	52.492	48.219	5.700	53.919
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	5.520	(5.520)	-	5.700	(5.700)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	20.385	3.319	23.704	52.492	-	52.492	53.919	-	53.919
DESTINAÇÕES	-	-	-	(32.483)	-	(32.483)	(33.463)	-	(33.463)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(10.280)	-	(10.280)	(10.985)	-	(10.985)
Fates - Estatutário	-	-	-	(2.001)	-	(2.001)	(2.046)	-	(2.046)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(18.008)	-	(18.008)	(18.410)	-	(18.410)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(2.194)	-	(2.194)	(2.022)	-	(2.022)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	20.009	-	20.009	20.456	-	20.456

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Pampa Gaúcho - Sicredi Pampa Gaúcho

CNPJ/MF nº 87.733.077/0001-59

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2016	126.828	85.897	17.027	229.752
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	8.434	-	(11.860)	(3.426)
Destinações para reservas	-	5.108	(5.108)	-
Outras destinações	-	-	(59)	(59)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	1.854	-	-	1.854
Baixas de capital	(4.721)	-	-	(4.721)
Resultado do período	-	-	53.919	53.919
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(2.046)	(2.046)
Reserva Legal - Estatutária	-	18.410	(18.410)	-
Juros sobre o Capital Próprio	10.338	-	(10.985)	(647)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.022	(2.022)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	142.733	111.437	20.456	274.626
Mutações do Período	15.905	25.540	3.429	44.874
Saldos no início do período em 01/01/2017	142.733	111.437	20.456	274.626
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	8.868	-	(12.657)	(3.789)
Destinações para reservas	-	7.746	(7.746)	-
Outras destinações	-	-	(53)	(53)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	1.357	-	-	1.357
Baixas de capital	(6.624)	-	-	(6.624)
Resultado do período	-	-	52.492	52.492
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(2.001)	(2.001)
Reserva Legal - Estatutária	-	18.008	(18.008)	-
Juros sobre o Capital Próprio	9.721	-	(10.280)	(559)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.194	(2.194)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	156.055	139.385	20.009	315.449
Mutações do Período	13.322	27.948	(447)	40.823
Saldos no início do período em 01/07/2017 (Não auditado)	149.378	119.183	28.788	297.349
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	802	-	-	802
Baixas de capital	(3.846)	-	-	(3.846)
Resultado do período	-	-	23.704	23.704
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(2.001)	(2.001)
Reserva Legal - Estatutária	-	18.008	(18.008)	-
Juros sobre o Capital Próprio	9.721	-	(10.280)	(559)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.194	(2.194)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	156.055	139.385	20.009	315.449
Mutações do Período	6.677	20.202	(8.779)	18.100

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Pampa Gaúcho - Sicredi Pampa Gaúcho
CNPJ/MF nº 87.733.077/0001-59

	01/01/2017 a 31/12/2017 (Não auditado)	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2016 a 31/12/2016
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	28.828	60.684	57.038
Resultado do semestre/exercício	23.704	52.492	53.919
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	5.124	8.192	3.119
Provisão para operações de crédito	6.192	7.299	3.402
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	-	-	17
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	54	129	(343)
Depreciação do imobilizado de uso	653	1.155	982
Amortização do intangível	558	1.129	686
Baixas do ativo permanente	14	48	46
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	(85)	47	(76)
Destinações ao FATES	(2.001)	(2.001)	(2.046)
Dividendos SicrediPar	(261)	386	451
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(113.516)	(99.328)	(48.460)
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(1.569)	(2.022)	(87)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(2.127)	(4.967)	(48.760)
Redução em relações interfinanceiras ativas	4.472	-	19
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	338	280	(56)
(Aumento) em operações de crédito	(81.467)	(142.987)	(96.830)
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	(631)	39.800	43.293
(Aumento) em outros créditos	(652)	(2.654)	(1.433)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	488	2.761	(2.498)
Aumento (Redução) em depósitos	(38.963)	5.699	56.901
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	910	149	(10)
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(763)	(35)	(2.833)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(1.184)	(1.818)	(2.106)
Aumento em outras obrigações	7.632	6.466	5.940
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(84.688)	(38.644)	8.578
Aquisição de Imobilizado de Uso	(1.206)	(4.848)	(3.305)
Aplicações no Intangível	(785)	(1.329)	(1.262)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(1.991)	(6.177)	(4.567)
Integralização de capital	802	1.357	1.854
Baixa de capital	(3.846)	(6.624)	(4.721)
Juros ao capital próprio	(559)	(559)	(647)
Distribuição de Sobras	-	(3.842)	(3.485)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(3.603)	(9.668)	(6.999)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(90.282)	(54.489)	(2.988)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	268.965	233.172	236.160
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	178.683	178.683	233.172

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Pampa Gaúcho - Sicredi Pampa Gaúcho ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 22/04/1981 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2017, está organizado por 116 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.575 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Na Demonstração de Sobras ou Perdas, os valores referentes aos descontos concedidos de crédito, antes apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas, foram transferidos de conta contábil, a qual passa a ser apresentada em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais devido a adequação da conta Cosif utilizada; os valores referentes as provisões e reversões das Coobrigações antes alocados em Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa passam a ser apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais, atendendo a carta circular nº 3.782 emitida pelo Banco Central. Também os valores referentes ao Rateio da Confederação antes apresentados integralmente em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais, foram segregados e parte dos valores passam a ser apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas, para melhor apresentação da alocação dos gastos.

Os valores reapresentados estão demonstrados no quadro abaixo:

	2016 Original	Valor do ajuste	2016 Reapresentado
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS			
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(66.964)	146	(66.818)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(14.627)	146	(14.481)
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	5.399	(146)	5.253
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(18.372)	(4)	(18.376)
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	(13.936)	(142)	(14.078)

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 15 de fevereiro de 2018.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

p) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2017	2016
Disponibilidades	8.322	7.916
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	170.361	225.256
Total	178.683	233.172

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2017 equivale a 101 % do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2017	2016
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.733	712
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	2.733	712
Total realizável a longo prazo	2.733	712

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2017	2016
Cotas de Fundos de Renda Fixa	53.727	48.760
Total circulante	53.727	48.760

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	236.264	103.416	339.680	259.203
Financiamentos	20.606	18.684	39.290	26.572
Financiamentos rurais e agroindustriais	326.071	46.023	372.094	322.302
Carteira total	582.941	168.123	751.064	608.077

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	115	-	115	51
Títulos e créditos a receber (i)	12.342	2	12.344	9.412
Total	12.457	2	12.459	9.463

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2017	2016	2017	2016
Nível A	0,50	168.671	108.116	843	541
Nível B	1,00	343.370	263.683	3.434	2.637
Nível C	3,00	127.933	129.346	3.838	3.880
Nível D	10,00	77.690	80.178	7.769	8.018
Nível E	30,00	9.969	10.166	2.991	3.050
Nível F	50,00	15.221	8.152	7.611	4.076
Nível G	70,00	4.492	5.576	3.144	3.903
Nível H	100,00	16.177	12.323	16.177	12.323
Total (i)		763.523	617.540	45.807	38.428

Em 31 de dezembro de 2017 a Cooperativa possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 165 (2016 - R\$ 116).

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2017					2016
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	11.218	58.314	104.982	67.313	241.827	169.246
Rural	1.256	81.364	243.451	46.023	372.094	322.302
Industrial	53	621	5.184	424	6.282	5.883
Comércio	722	18.714	29.185	29.939	78.560	58.292
Outros Serviços	585	16.546	23.203	24.426	64.760	61.817
Total	13.834	175.559	406.005	168.125	763.523	617.540

d) Concentração das operações de crédito

	2017	%	2016	%
10 maiores devedores	99.779	13,07	86.190	13,96
50 devedores seguintes	179.596	23,52	127.140	20,59
100 devedores seguintes	120.867	15,83	98.694	15,98
Demais	363.281	47,58	305.516	49,47
Total	763.523	100	617.540	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2017	2016 (Reapresentado)
Saldo inicial	38.544	35.485
Constituição de provisão	16.546	14.481
Movimentação de baixados para prejuízo	(9.118)	(11.422)
Saldo final	45.972	38.544

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 3.885 (2016 - R\$ 3.697), foram registradas como “Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira”.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 26.423 (2016 - R\$ 20.320).

NOTA 08 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2017	2016
Adiantamentos e antecipações salariais	110	118
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	2.054	2.176
Devedores por depósitos em garantia	77	68
Impostos e contribuições a compensar	588	546
Títulos e créditos a receber	12.342	9.410
Valores honrados	5	40
Cotas de consórcio	253	214
Operações com cartões	39	53
Pendências a regularizar	4	75
Outros	298	420
Total Circulante	15.770	13.120

Títulos e créditos a receber	2	2
Total realizável a longo prazo	2	2

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

NOTA 09 – OUTROS VALORES E BENS

	2017	2016
Bens não de uso próprio	527	3.277
Imóveis	502	3.002
Bens em regime especial	25	275
Despesas antecipadas	40	51
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(25)	(25)
Total Circulante	542	3.303

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 25 (2016 - R\$ 25) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2017	2016
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	18.386	18.386
Sicredi Participações S.A.	14.272	14.272
Outras Participações e Investimentos	2	2
Sicredi Fundos Garantidores	2	2
Total	32.660	32.660

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Número de ações/quotas possuídas	4.632.617 ON	4.632.617 ON	2	2	18.385.821	18.385.821
	9.639.775 PN	9.639.775 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	1,63%	1,64%	1,22%	1,27%	5,24%	5,24%
Capital social	874.847	869.279	164	165	351.047	351.047
Patrimônio líquido	893.040	911.739	240.569	204.709	361.565	361.513
Lucro líquido do exercício	16.863	41.442	35.861	10.965	-	-
Valor do investimento	14.272	14.272	2	2	18.386	18.386

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2017			2016
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	17.948	(6.844)	11.104	7.458
Imobilizações em curso	-	1.229	-	1.229	2.824
Terrenos	-	27	-	27	27
Edificações	4%	3.854	(458)	3.396	1.019
Instalações	10%	5.492	(2.230)	3.262	905
Móveis e equipamentos de uso	10%	3.451	(1.455)	1.996	1.467
Sistema de comunicação	10%	280	(139)	141	160
Sistema de processamento de dados	20%	2.793	(2.080)	713	759
Sistema de segurança	10%	363	(174)	189	64
Sistema de transporte	20%	459	(308)	151	233
Intangível (i)		9.180	(4.441)	4.739	4.539
Investimentos Confederação		9.180	(4.441)	4.739	4.539
Total		27.128	(11.285)	15.843	11.997

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2017				2016
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	82.221	-	-	82.221	80.546
Depósitos a prazo	15.544	27.287	234.265	277.096	273.072
Total	97.765	27.287	234.265	359.317	353.618

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2017	2016
Recursos do Crédito Rural	264.401	233.808
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	264.401	233.808
Total circulante	264.401	233.808
Recursos do Crédito Rural	21.592	12.382
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	21.592	12.382
Total exigível a longo prazo	21.592	12.382

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 9,5% a.a. com vencimentos até 15/06/2021, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2017	2016
Empréstimos no país - outras instituições	12.357	12.392
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	12.357	12.392
Total circulante	12.357	12.392

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de até 0,04% a.m. com vencimento até 06/12/2018.

NOTA 15 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Obrigações por convênios oficiais	14	17
Provisão para pagamentos a efetuar	6.658	6.441
Provisão para passivos contingentes (Nota 16)	741	694
Outras Contingências	19	21
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	1.803	1.644
Pendências a regularizar	78	61
Operações com cartões	11.770	8.866
Demais fornecedores	733	446
Credores diversos	1.001	832
Total circulante	22.817	19.022

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 16 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2017	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2017
Trabalhista	670	440	(435)	675
Cível	24	43	(1)	66
Total	694	483	(436)	741

Natureza	Probabilidade de perda	2017	2016
Trabalhista	Provável	675	670
Cível	Provável	66	24
Total		741	694

Em 31 de dezembro de 2017, a Cooperativa possuía também processos de natureza Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 380 e R\$ 143 (2016 - R\$ 133 e R\$ 0), respectivamente.

A Cooperativa, adicionalmente, possui em andamento processos administrativos versando sobre matéria tributária em que discute a ausência de recolhimento da Taxa de Serviços Diversos referente ao registro de contrato de financiamento de veículo, devida ao Órgão Estadual de Trânsito (DETRAN/RS), para fins de anotação de gravame. Os processos encontram-se em fase de impugnação tramitando junto à Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul - SEFAZ/RS, atingindo o valor de R\$ 143, cuja conclusão da análise jurídica é de que a probabilidade de perda é considerada possível.

NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2017	2016
Capital Social	156.055	142.733
Total de associados	66.698	63.876

Em 31 de dezembro de 2017, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 13.322 (2016 – R\$ 15.905), sendo R\$ 18.589 (2016 – R\$ 18.772) via integralização de resultados e R\$ 1.357 (2016 – R\$ 1.854), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 6.624 (2016 – R\$ 4.721).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Pampa Gaúcho - Sicredi Pampa Gaúcho, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 6,99% em Conta Capital, no montante de R\$ 10.280, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Pampa Gaúcho - Sicredi Pampa Gaúcho, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 45% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 18 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2017	2016
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	52.492	53.919
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(22.047)	(22.646)
Exclusões / (Adições):		
Provisão resgate de milhas cartão	18	(17)
Provisão PPR	14	30
Receita com atos cooperativos	19.728	20.252
Juros sobre capital próprio	4.318	4.614
Outros	(2.031)	(2.233)
Subtotal	22.047	22.646
IRPJ e CSLL registrados no resultado	-	-

NOTA 19 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2017	2016
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	2.733	712
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 06)	53.727	48.760
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	170.361	225.256
Outros Créditos - Rendas a receber	795	859
Outros Créditos - Diversos (Nota 08)	2.098	2.351
Investimentos (Nota 10)	32.660	32.660
Intangível (Nota 11)	4.739	4.539
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	285.993	246.190
Obrigações por empréstimos (Nota 14)	12.357	12.392
Outras Obrigações - Diversas (Nota 15)	11.731	8.676
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	5.088	918
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	4.914	4.644
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 21)	24.297	38.201
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	23.179	19.196
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	951	943
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	8.931	7.671

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2017	% em relação ao total	2016
Depósitos à vista	158	0,19%	395
Depósitos a prazo	66	0,02%	2.432
Operações de crédito	7.843	1,04%	7.579

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2017	2016
Pessoas chave da administração	2.268	2.442

NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2017	2016 (Reapresentado)
Despesa de água, energia e gás	504	506
Despesa de aluguéis	1.725	1.578
Despesa de comunicação	869	849
Despesa de manutenção e conservação	1.710	1.296
Despesa de material	351	317
Despesa processamento dados	292	253
Despesa de promoções e relações públicas	1.206	1.474
Despesa de propaganda e publicidade	277	255
Despesa de seguro	170	169
Despesa de serviços do sistema financeiro	2.684	2.594
Despesa de serviços de terceiros	817	969
Despesa de serviços de vigilância e segurança	1.280	1.144
Despesa de serviços de técnicos especializados	1.316	1.139
Despesa de serviços de transpostes	1.667	1.536
Despesa de viagem	44	59
Outras despesas administrativas	4.506	4.238
Total	19.418	18.376

NOTA 21 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2017	2016
Recuperação de encargos e despesas	1.753	3.020
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	22.728	35.358
Reversão de provisões operacionais	2.999	3.946
Outras rendas operacionais	2.303	2.969
Total	29.783	45.293

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 22 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2017	2016 (Reapresentado)
Descontos concedidos em renegociação e crédito	1.254	1.167
Contribuição O.C.E.	109	93
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	400	314
Contribuição Confederação Sicredi	5.932	4.827
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	613	617
Encargos da administração financeira	127	199
Repasse administradora de Cartões	688	763
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	1.130	693
Outras provisões operacionais	2.829	3.471
Outras despesas operacionais	2.440	1.934
Total	15.522	14.078

NOTA 23 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Beneficiários de garantias prestadas (i)	67.145	52.505
Coobrigações em cessões de crédito	93	-
Total	67.238	52.505

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 24 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez, o alocação de capital e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho “Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos”.

NOTA 25 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de

Limites operacionais	2017	2016
Patrimônio de Referência (PR)	312.176	272.536
Nível I (NI)	312.176	272.536
Capital principal - CP	312.176	272.536
Capital social	156.055	142.733
Reservas de capital	139.385	111.437
Lucros acumulados	20.009	20.456
Ajustes Prudenciais	(3.273)	(2.090)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	881.874	720.099
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancaria	494	505
Margem de Capital (i)	219.086	200.921
Índice de Basileia (PR / RWA)	35,40%	37,85%
Situação de Imobilização (Imob)	12.572	9.910
Índice de Imobilização (Imob / PR)	4,03%	3,64%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 26 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2017, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Leandro Gindri de Lima
Diretor Executivo
CPF: 895.190.780-53

Cleber Daniel da Silva Oliveira
Diretor de Operações
CPF: 735.314.720-20

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20